

Acordo põe em votação o direito de propriedade

Novo texto, que rompe o impasse, garante a função social com indenização ao gosto do *Centrão*

O direito de propriedade não é mais problema para a Assembléia Nacional Constituinte: a matéria será votada hoje à tarde, fruto do acordo firmado ontem entre o *Centrão* e os progressistas do PMDB, em reunião no Palácio do Planalto, sob coordenação do presidente da República em exercício, deputado Ulysses Guimarães.

Ulysses, que visitou ontem a cidade de Petrópolis, reuniu os constituintes no Palácio do Planalto às 18 horas, tentando, mais uma vez, buscar o acordo para votação das matérias sobre direito de propriedade e estabilidade no emprego. Obteve sucesso em relação ao primeiro assunto, cada parte cedendo um pouco. Quanto à estabilidade, nem chegaram a tratar da questão, ficando marcada nova reu-

nção para a próxima quarta-feira, no gabinete, do Presidente da Câmara, no Congresso Nacional.

O acordo firmado sobre o direito de propriedade, segundo alguns dos participantes do encontro, assegura a indenização prévia e em dinheiro para as desapropriações (exigência do *Centrão*), mas vincula o direito de propriedade ao bem-estar social — reivindicação do senador Mário Covas.

O texto, segundo constituintes que participaram da reunião no Palácio do Planalto, ficaria assim: "E assegurado o direito de propriedade, sem prejuízo do bem-estar social". A expressão "sem prejuízo" substituiu o termo "subordinado", que o *Centrão* considerava muito forte. A inde-

nização será paga em dinheiro, com exceção das desapropriações para efeito de reforma agrária, que serão pagas em títulos da dívida pública.

Com o acordo fechado em torno do direito de propriedade — o senador Mário Covas pediu prazo até hoje de manhã, apenas para dar conhecimento à bancada — resta o entendimento sobre a estabilidade, o que poderá acontecer já na próxima quarta-feira. Pelo menos, é o que espera o senador Albano Franco, que defendeu, assim, o seu ponto de vista: "Nenhuma Constituição do mundo fala em estabilidade; a estabilidade absoluta não existe em nenhum lugar do mundo". A reunião no Palácio do Planalto durou pouco mais de uma hora. O MUP e os partidos de esquerda não participaram.

Votação será repetida hoje

O *Centrão* retirou-se novamente do plenário durante a votação do destaque do líder do PMDB, Mário Covas, para apreciação em separado do parágrafo que trata do direito de propriedade. Com isso, a votação terá que ser repetida hoje pela terceira vez consecutiva, porque o destaque não recebeu o total mínimo de 280 votos que torna válida qualquer votação. O painel eletrônico registrou apenas 250 votos — 22 sim, 196 não e 32 abstenções —, embora minutos antes a verificação de quorum tivesse acusado a presença, em plenário, de 323 constituintes.

no total. Como o *Centrão* não conseguiu convencer o presidente da sessão, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), da procedência de seus argumentos, seus líderes avaliaram que era melhor a retirada do plenário para invalidar a votação e forçar sua repetição na sessão de hoje à tarde.

Na sexta-feira, o presidente Ulysses Guimarães deixou cla-



Saidado Plenário: sem quorum

ro que a matéria destacada através de destaque para votação em separado só permanece no texto com a aprovação de 280 constituintes. Caso contrário, ela é rejeitada automaticamente e é votado o texto da Sistematização e todas as emendas apresentadas para o mesmo dispositivo. Se em nenhuma das votações houver quorum para aprovação, abre-se o prazo de 48 horas para redação do texto de consenso e mais 24 horas para os destaques.

O regimento não deixa sombra de dúvida. O que não é possível é fazerem a mudança regimental e quererem a vitória assim mesmo — protestou o líder Mário Covas ao contestar a interpretação que os líderes centristas queriam inaugurar.

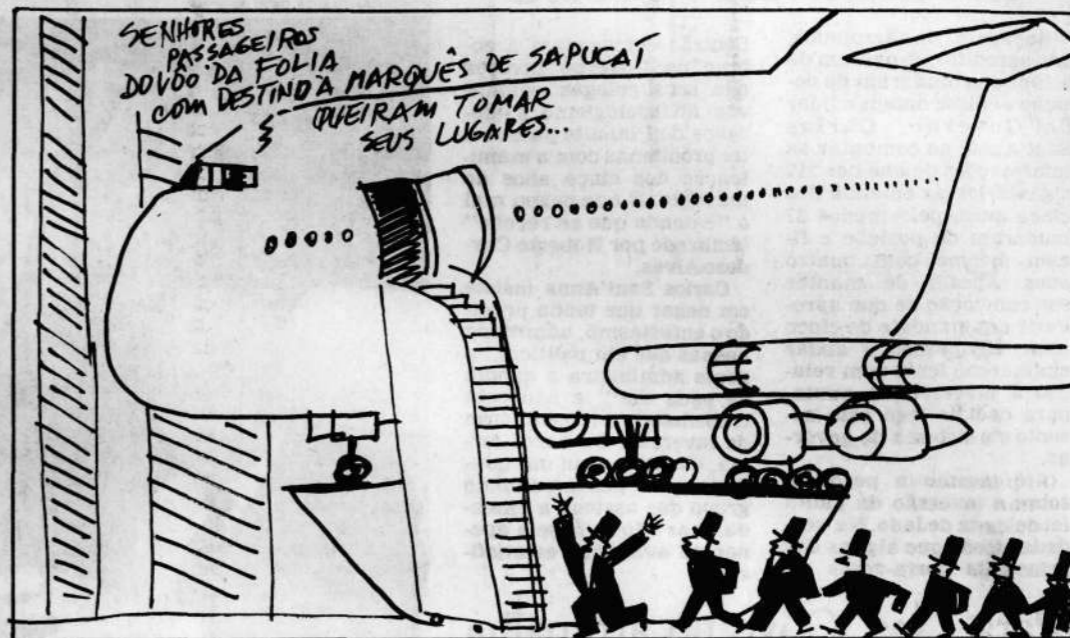
O tenso debate que precedeu a votação do destaque de Covas levou o líder do *Centrão*, Bonifácio de Andrada (PDS-MG) a fazer um desabafo e cometer um ato falho: "Nós queremos votar a Constituição dentro de um clima de concórdia. Estão havendo conversações para se chegar a um acordo, já há inclusive um encontro marcado com o presidente Ulysses Figueiredo..."

Ao final da votação, o deputado Ruy Nedel (PMDB-RS) protestou contra a obstrução provocada pelo *Centrão*. "O que houve não foi uma falta de quorum, mas a abstenção de votação não registrada pelo painel", disse Nedel, numa tentativa de que a votação fosse considerada válida. Carlos Sant'Anna, que já retornava ao plenário, contestou a interpretação de Nedel, lembrando que a retirada de quorum para obstrução de votação é um processo "tão antigo quanto todos os parlamentos do mundo".

OS QUE SAÍRAM

Os constituintes que deixaram o plenário ontem, para que não se votasse a questão da propriedade foram:

Adauto Pereira
Aécio de Borba
Albano Franco
Alexandre Puzina
Alysson Paulinelli
Amaral Netto
Antônio de Jesus
Aroldo de Oliveira
Assis Canuto
Brasílio Vilani
Benito Gama
Bezerra de Mello
Bonifácio de Andrada
Antônio Ferreira
Carlos Sant'Anna
Carlos Vinagre
Carlos Virgílio
Christovam Chiaradia
Costa Ferreira
Darcy Pozza
Davi Alves Silva
Divaldo Suruagy
Djenal Gonçalves
Eliel Rodrigues
Eraldo Tinoco
Eunice Michiles
Ezio Ferreira
Francisco Rollemberg
Gastone Righi
Geraldo Fleming
Inocência Oliveira
Jacy Scanagatta
Jairo Azi
Jesus Tajra
João de Deus Antunes
João Rezek
Jonas Pinheiro
Jonival Lucas
Jorge Bornhausen
Jorge Leite
Jorge Vianna
José Camargo
José Egreja
José Elias Murad
José Geraldo
José Santana de Vasconcelos
Júlio Campos
Levy Dias
Lourival Baptista
Luis Roberto Ponte
Matheus Iensen
Maurício Campos
Maurício Nasser
Maurício Pádua
Mauro Sampaio
Mello Reis
Messias Gois
Milton Barbosa
Miraldo Gomes
Mussa Demes
Nabor Júnior
Narciso Mendes
Nilson Gibson
Orlando Bezerra
Oscar Correa
Oswaldo Bender
Oswaldo Trevisan
Paulo Mincarone
Pedro Ceolin
Raimundo Rezende
Renato Johnsson
Ricardo Izar
Roberto Augusto
Roberto Torres
Ronaro Correa
Rosa Prata
Telmo Kirst
Tito Costa
Ubiratan Spinelli
Virgílio Galassi
Waldeck Ornelas



Constituintes garantem carnaval com vôo extra

MARIA LIMA
Da Editoria de Política

Os trabalhos de votação da Constituinte não precisarão sofrer um novo atraso em função do carnaval, nesta semana que antecede a maior festa do País. A falta de vagas nos vôos para as capitais mais agitadas, ou para os estados de origem dos 559 constituintes, pelo menos não será desculpa para o novo adiamento das votações. Isso será possível porque as próprias empresas aéreas se encarregaram de montar um esquema especial, com vôos extras, exatamente para atendê-los. A Varig, por exemplo, cuidou até mesmo de promover o que já foi apelidado de **vôo da folia**, com lugar garantido para 50 constituintes, que já na sexta-feira, ao meio-dia, estarão decolando de Brasília rumo a Salvador e Recife.

Se houvesse quorum, na sexta-feira provavelmente ao meio-dia poderia estar havendo sessão e votação. Mas, conhecedor da disciplina parlamentar, o experiente deputado Daso Coimbra (PMDB/RJ), um dos dirigentes do *Centrão*, informa que o grupo só garantirá quorum para votação até a quinta-feira. Daso revelou que não foi necessário armar nenhum esquema especial para trazer os parlamentares do *Centrão* a Brasília nesta semana. Para levá-los de volta a seus Estados durante o feriado carnavalesco também não existe qualquer mobilização extra. "Depois da votação, cada um volta como quiser para seu Estado", disse o deputado.

Independente do esquema especial montado pelas companhias aéreas, os próprios constituintes se preocuparam em garantir vagas nos vôos durante os três dias de festa, fazendo reservas com até dois meses de antecedência. Há cerca de duas semanas, as 4 companhias aéreas que têm agências na Câmara e Senado — Vasp, Transbrasil, Varig e Cruzeiro — se limitam a trabalhar com listas de espera para os vôos normais. Não existem mais vagas para reservas.

Os lugares mais procurados pelos constituintes, além do Rio de Janeiro, estão no Nordeste: Aracaju, Salvador, Recife e Maceió. Além da Varig, a Vasp também programou vôos especiais para Recife e Rio de Janeiro durante os dias de carnaval, só que sem tratamento diferenciado aos parlamentares. Para o Rio os vôos extras foram marcados para as 15h45 e Recife às 14 horas, diariamente. Só que quem ainda não fez a sua reserva, pode não ter mais chances até mesmo nesses vôos especiais, sendo obrigado a recorrer às listas de espera, já que elas também estão com lotação esgotada.

O **vôo da folia** da Varig rumo a Recife e Salvador será feito por um Boeing 737, e o gerente de vendas Nervaldo Arruda garante que os 50 parlamentares que nele embarcarão não terão serviço de bordo especial. "Será um vôo de rotina", informa o funcionário. Com uma rota que prevê escalas em Fortaleza/Natal/Recife/Rio de Janeiro e São Paulo, a Transbrasil também terá seu vôo extra e, como a Vasp, não oferecerá trata-

mento preferencial aos parlamentares.

A orientação da Vasp e Transbrasil, aliás, é tratar igualmente os passageiros comuns e os parlamentares. Hoje está prevista uma reunião dos diretores de todas as companhias aéreas com os diretores da Mesa da Constituinte, exatamente para analisar um acordo verbal proposto por alguns parlamentares, no sentido de que os constituintes tenham prioridade de embarque em vôos que já estejam lotados.

Enquanto esse acordo não é formalizado, a prioridade dos constituintes só vale quando se trata das listas de espera. "Nós não temos em mãos nenhum documento oficial sobre este acordo, portanto estamos agindo como sempre agimos. Os parlamentares têm preferência quando se trata de lista de espera, eles não recebem tratamento diferenciado dos usuários que compraram e pagaram direito suas passagens", diz Brasil Alencar, da agência da Vasp, na Câmara dos Deputados.

Igualmente descrente dos resultados deste acordo, o servidor de vendas da Transbrasil, Jorge Amaral, observa que, pelo menos em relação aos vôos programados para o carnaval, não sabe o que poderia ser modificado, uma vez que já estão todos lotados.

— Podemos dar aos constituintes prioridade em nossos vôos, nunca exclusividade. Que argumentos utilizaríamos para tirar o lugar de um passageiro comum, que pagou como todo mundo, para colocar em sua vaga um parlamentar? — questiona Jorge Amaral.